



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

CONCEPÇÕES DE ATORES SOCIAIS SOBRE EDUCAÇÃO NA RELAÇÃO COM POLÍTICAS DE SAÚDE¹

Liamara Denise Ubessi², Walter Frantz³, Elza Maria Fonseca Falkembach⁴, Liane Beatriz Righi⁵, Eniva Miladi Fernandes Stumm⁶, Maria Cristina Pansera-De-Araújo⁷.

¹ Trabalho vincula-se a dissertação de mestrado 'A educação permanente nas políticas de saúde pública', desenvolvida pela autora relatora, sob orientação do professor Walter Frantz no programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI.

² Psicóloga, Enfermeira, Sanitarista, mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, professora substituta no CESNORS/UFSM. Relatora. E.mail: liamaradenise@hotmail.com

³ Pedagogo, Doutor em Sociologia, Pedagogia e Ciências Políticas pela Universidade de Münster, professor orientador, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – PPGEC na UNIJUI. E.mail: wfrantz@unijui.edu.br.

⁴ Licenciatura em Ciências Domésticas, Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – PPGEC na UNIJUI. E.mail: elzaf@unijui.edu.br.

⁵ Enfermeira, Sanitarista, doutora em Saúde Coletiva pela Universidade de Estadual de Campinas - UNICAMP, professora no CESNORS/UFSM. E.mail: liane.righi@yahoo.com.br.

⁶ Enfermeira, Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, doutoranda em Enfermagem pela UNIFESP, professora do Departamento de Ciências da Vida da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI. E.mail: eniva@unijui.edu.br.

⁷ Ciências Biológicas, Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – PPGEC na UNIJUI. E.mail: pansera@unijui.edu.br.

Resumo

Introdução: No Brasil, educação e saúde são bens públicos, regulados pelo Estado. A Educação Permanente integra a política pública de saúde. **Objetivo:** Discutir resultados da análise de conteúdo sobre concepções de atores sociais da 15ª região de saúde sobre educação na relação com políticas de saúde. **Metodologia:** Qualitativo, descritivo, exploratório, realizado no primeiro semestre de 2012 na 15ª região de saúde do Rio Grande do Sul, com 21 atores sociais. Seguidos preceitos éticos da Resolução 196/96. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Unijuí, parecer 026/2011. Análise dos dados confluiu para uma categoria. **Resultados:** a educação foi tecida como constituinte do humano, caráter', moral e ética, 'base de tudo', processo, autonomia, protagonismo e conhecimento. Essas concepções vão ao encontro da educação permanente. **Conclusões:** A educação compreende a vida dos atores que estão no SUS. Carrega no âmago a permanência. Diferem concepções de educação da práxis das políticas de saúde.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

Palavras-chave: Educação; Educação Permanente em Saúde; Políticas públicas; Atenção Básica.

Introdução

No Brasil, educação e saúde são bens sociais, públicos, regulados pelo Estado. O SUS é uma política pública. Representa a exequibilidade de um acordo com a população brasileira. Está em permanente construção. Visa garantir o direito humano a saúde. Orientado por princípios e diretrizes - universalidade, integralidade, equidade, descentralização de poder e controle social (BRASIL, 1988).

A educação conforme Paulo Freire (FREIRE, 1996) se constitui mediada pela experiência e por processos educativos. Também o modo como ocorre pode incitar protagonismos, autonomia, emancipação e potencializar os processos de saúde. Educação, assim como a saúde, não se reduz a um conceito. Contudo, importa explorar e problematizar os mesmos. Podem se co-determinar. Há necessidade do exercício permanente da inter-relação educação e saúde, sob a perspectiva do ensino-aprendizagem significativo e dialógico (CANDEIAS, 1997).

A Educação Permanente em Saúde (EPS) integra a política pública de saúde. Tem por pretensão, efetuar relações entre ensino e serviços, gestão, atenção e controle social no SUS, com vistas a mudanças na construção cotidiana do Sistema Único de Saúde na garantia do direito à saúde (BRASIL, 1988). Foi instituída no ano de 2004, alterada em 2007, nas diretrizes de sua implementação, em consonância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Constitui-se em uma das políticas ao encontro das funções sanitárias, de ordenar a formação em saúde e em serviço no Brasil (BRASIL, 1988). Visa à ampliação de conhecimento e qualificação da atenção, gestão, formação e controle social em saúde, em que a formação em serviço seja disparadora permanente destes eixos intercessores e de intersecções no SUS. O objetivo da PNEPS é contribuir para que se cumpra a função do SUS – garantia do direito a saúde, pela formação no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho (BRASIL, 2011). Entende-se por direito a saúde, não somente acessibilidade ao sistema de saúde, mas acesso, integralidade, longitudinalidade do cuidado, e este no território geográfico da vida do sujeito pela Atenção Básica.

A proposta do SUS é a de um Sistema que dê e dá certo, e o que reside nestes distanciamentos e aproximações, é construção. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) defende a proposta sanitária na práxis, da atenção, gestão, controle social e formação em saúde. Dado o mencionado, este estudo objetiva discutir os resultados da análise de conteúdo sobre concepções de atores sociais da 15ª região de saúde sobre educação na relação com políticas de saúde.

Metodologia

Trata-se de estudo qualitativo, descritivo, exploratório, realizado na 15ª região de saúde do Rio Grande do Sul, abrangência a 26 municípios e com algumas atividades específicas em Palmeira das Missões, Chapada e Novo Xingu que utiliza-se de recorte de dados para este trabalho. Os sujeitos do estudo foram 21 atores sociais estudantes, professores, gestores, trabalhadores de saúde e/ou no controle social





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

no primeiro semestre de 2012, que esclarecidos do objetivo do estudo, aceitaram participar do mesmo, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Na coleta de dados, utilizou-se de entrevista semi-estruturada, gravadas e transcritas na íntegra e a observação participante, com registro em diário de campo, pelo acompanhamento de atividades de educação permanente em saúde promovidas pela 15ª Coordenadoria Regional de Saúde (15ª CRS) no Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul – CESNORS/Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e nos referidos municípios. Dentre elas, Formação na Atenção Básica e Formação em Saúde Mental, e em ambos, contemplavam-se equipes de saúde. Na relação ensino e serviço, Universidade, 15ª CRS, serviços de saúde e comunidade, atividades de extensão de Apoio Institucional a Equipe Gestora e a Equipes de Saúde e Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde – VER_SUS/Brasil, conduzida por estudantes na relação com a 15ª CRS. Participou-se de reunião da Comissão Intergestora Regional (CIR).

Os dados foram ordenados e analisados sob a perspectiva da análise de conteúdo proposta por Minayo (2008), que confluiu para a categoria – A educação tecida pelas concepções dos sujeitos pesquisados na teia da saúde. Seguiu-se todos os preceitos éticos da Resolução 196/96, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), sob número de parecer consubstanciado 026/2011.

Resultados e discussão

A partir do conteúdo das falas e da observação participante ao encontro do proposto pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – PNEPS na política sanitária, a categoria A educação tecida pelas concepções dos sujeitos pesquisados na teia da saúde, mostra o sentido que a educação assumiu relaciona-se aos entendimentos, concepções que os participantes possuem em decorrência do vivido, seja na saúde, na vida, na universidade, no controle social, na gestão.

A educação apareceu no conteúdo das falas como relacionada a valores humanos - ‘caráter’, moral e ética que habilitariam o viver em sociedade; a educação como a ‘base de tudo’, constituinte do humano, processo, geração de autonomia e protagonismo; que pode emancipar ou alienar as pessoas; conhecimento que se adquire, não só como científico; e como educação em saúde.

A educação é “tudo” e é a “base”, associada a índole/ética, ao caráter, moral, atitude das pessoas, e está na base do que vai ser sendo humano. O humano é o efeito do processo educativo que o permite viver em relação com outras pessoas, no mundo em que vivem. De acordo com Freire (2003), a formação da consciência ética não pode ser vista como algo espontâneo. Dependerá das relações que se for estabelecendo no decorrer da vida. Para Pires, Garrafa (2011) dependerá de estímulos provenientes da família, dos instrumentos de inserção social, dentre eles a escola e outros.

Ao encontro dos resultados, da educação como um valor, está se falando disso que opera no desenvolvimento humano. Para Sen (2000), tem relação com a liberdade vivida pelo indivíduo no decorrer da vida a qual pode ser afetada por desequilíbrios sociais provocados pelo empobrecimento da população, que cercearia essa liberdade. A proposta libertadora de Freire (1996) conversa com estes resultados. Ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. São necessárias formas educativas



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

que propiciem ao sujeito sua liberdade, ou seja, o oprimido é convidado a se libertar daquilo que o oprime.

É por estas vias que pode ocorrer a aprendizagem significativa. Processos que gerem autonomia e empodere o sujeito a ser sujeito sendo (CAMPOS, 2005). Também neste, requer aceitação de que o outro não vem ‘pronto’, se constrói, tem o seu tempo para a produção do conhecimento (CECCIM E PALOMBINI, 2009). Aceitação do outro como é, mas também a oferta de acolhimento ao que nele pede passagem (devires, experimentação). O empoderamento conforme Pires e Garafa (2011) é resistir as formas de opressão e questionar ao poder estabelecido em uma determinada ordem social que impõe sentidos discriminatórios.

Uma sociedade que não possibilita o desenvolvimento humano pela autonomia conserva o padrão da cultura do autoritarismo, da verticalização do ensino, característico da hegemonia típica de uma sociedade que se diz esclarecida (ANTUNES e ZUIN, 2008), e que mantém analfabetos. O processo de desnaturalização realizada a partir da própria experiência de vida tende a interferir na constituição do sujeito. Freire resgata a capacidade inata do humano de pensar, refletir, decidir, e mudar e que esta, pode ser disparada (FREIRE, 1996).

Este é um modo de reconhecer a educação como processo de produção de conhecimento, de produção de si, que há várias formas de conhecimento que não só o científico como a única verdade. Essas concepções tem repercussões no quefazer da saúde. Para Freire (1983) o homem é um ser da práxis, teoria e prática que faz ação reflexão, é ser práxis.

O processo da educação é o espaço para que o conhecimento ocorra. Por isso conhecimento ora pode ser sinônimo de educação, ora não. Conhecimento é aprendizagem, mas também é produção. Conhecimento empodera o sujeito, desde que ele seja parte integrante de uma aprendizagem significativa ou produzido neste processo educativo. Namen, Galan Jr (2011), falam da importância de se ser sujeito do próprio conhecimento e de que o centro da aprendizagem é saber reconstruir, elaborar, e questionar.

A educação poder ser o meio para as mudanças em saúde. Contudo, pelas concepções que se há de educação é que os sujeitos se guiam e movem-se na saúde. Com isso, não se pode afirmar que a concepção de educação se transporá a prática. As concepções não garantem mudanças na práxis, pois esta interroga permanentemente as concepções que a depender dos dispositivos que se tem, não consegue se ‘vivificar’ no cotidiano, ao encontro das prerrogativas sanitárias.

Concluídes

Há complexidades na saúde e na educação. Ambas podem ser permanentes no cuidado da vida, subjetividades envolvidas, no enredo da função sanitária de produção de saúde para a garantia do direito a saúde. A concepção de educação vai ao encontro da PNEPS a medida que corrobora com o sentido de permanência, processo, constituinte humano, subjetivação, mudança, produção de autonomia e conhecimento na inter-relação teoria, política e mundo da vida, mas na práxis, não há como afirmar sua efetividade. Dependerá dos contingentes envolvidos.

De todo modo, a educação conforma um conceito aliado a um determinado contexto, herdeiro de paradigmas sanitários que disputam em passant modos de cuidados no SUS. A educação compreende a





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XVII Jornada de Pesquisa

vida dos atores que estão no SUS, como estudantes, professores, gestores, trabalhadores de saúde e controle social. A educação em si, pelo resultado do conteúdo ‘carrega’ no seu âmago a permanência. A permanência é o movimento dela mesma. É o que dispara. É o que faz sujeito e subjetividade. É o que causa e produz efeitos. Desacomoda. É um processo. É conhecimento. É a base, contudo diferem concepções de educação da práxis das políticas de saúde.

Referencial

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. Á. S.. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicol. Soc.* 2008, vol.20, n.1, p. 33-41.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8080, de 19 de setembro de 1990. Brasília, 2011.

CAMPOS, G. W. S. Um método para análise e co-gestão de coletivos. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

CANDEIAS, N. M. F.. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. *Revista de Saúde Pública*, v. 31(2), 1997.

CECCIM, R. B.; PALOMBINI, A. L. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. *Psicol. Soc.* 2009, vol.21, n.3, pp. 301-312.

FREIRE, P. Educação e mudança. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra; 1996.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2003.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social – teoria, método e criatividade. 27ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NAMEN, F. M.; GALAN JR., J. Reflexões sobre a educação de profissionais da área de saúde. *Ciênc. saúde coletiva*. 2011, vol.16, suppl.1, pp. 1611-1619.

PIRES, J. R.; GARRAFA, V. Educação: nova fronteira da bioética. *Ciênc. saúde coletiva*. 2011, vol.16, suppl.1, pp. 735-745.

EN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.